



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN

Rua José Cañellas, 258, Centro

CNPJ: 87612917/000125

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 82/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE LEVANTAMENTO CADASTRAL DA OBRA, ATUALIZAÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO, DIMENSIONAMENTO DO PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS (PPCI), APROVAÇÃO NO CBMRS, PROJETO EXECUTIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DAS UNIDADES ESCOLARES PERTENCENTES À REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS

Que fazem, o **MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua José Cañellas, nº 258, inscrita no CNPJ/MF sob nº 87.612.917/0001-25, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **ORLANDO GIRARDI**, brasileiro, casado, doravante denominado **MUNICÍPIO CONTRATANTE** e **POPOVITS BATALHA ENGENHARIA LTDA**, estabelecida na cidade de FLORIANOPOLIS/SC, na Rua Lauro Linhares, 1281, Sala 04, Bairro Trindade, inscrita no CNPJ sob nº 33.146.875/0001-55, neste ato representado por seu representante Sr. **DANY DAVID POPOVITS LOPES** brasileiro, residente e domiciliado em FLORIANOPOLIS/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.563.051-90, doravante denominada **CONTRATADA**, as partes acima qualificadas celebram, entre si, por este instrumento de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA REGÊNCIA

O presente contrato administrativo reger-se-á, pelas normas da Lei Federal 14.133/2021, tendo como base o Pregão Eletrônico nº 06/2026, Processo Licitatório nº 25/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. contratação de empresa para elaboração de levantamento cadastral da obra, atualização do projeto arquitetônico, dimensionamento do Plano de Prevenção Contra Incêndios (PPCI), aprovação no CBMRS, projeto executivo e planilha orçamentária das unidades escolares pertencentes à rede municipal de ensino de Frederico Westphalen/RS, conforme segue:

Empresa: POPOVITS BATALHA ENGENHARIA LTDA - 148829						
Item	Qtde.	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	2.334,03	M2	EMEF Giusto Damo	PRÓPRIO	0,55000	1.283,72
2	3.027,00	M2	EMEF Irmã Odila Lehnen	PRÓPRIO	0,61000	1.846,47
6	894,00	M2	EMEF Marechal Floriano	próprio	0,70000	625,80
7	1.203,00	M2	EMEF Joaquim Nabuco	próprio	0,70000	842,10
8	916,23	M2	EMEI Mãe de Deus	próprio	0,80000	732,98
10	1.169,00	M2	EMEF Rui Barbosa	próprio	0,65000	759,85
12	547,00	M2	EMEI João Paulo II	Próprio	0,80000	437,60
13	335,08	M2	EMEI Nª Senhora Aparecida	Próprio	0,79000	264,71
14	319,00	M2	EMEI Santa Luzia	Próprio	0,75000	239,25
16	385,22	M2	EMEI John Ongman	Próprio	0,75000	288,92
17	869,00	M2	EMEI São Cristóvão	Próprio	0,90000	782,10
Total dos Produtos						8.103,50

2.2. Todas as quantidades, obrigações, prazos e demais especificações deverão seguir com estrita observância o termo de Referência que faz parte integrante deste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN

Rua José Canellas, 258, Centro

CNPJ: 87612917/000125

- 3.1.** A contratada deverá executar os serviços de elaboração, acompanhamento e aprovação dos Planos de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCI) das unidades escolares da rede municipal de ensino de Frederico Westphalen/RS, em estrita observância às normas técnicas vigentes e às exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, devendo garantir que os projetos sejam devidamente protocolados, analisados e aprovados.
- 3.2.** A entrega dos serviços será considerada concluída após a aprovação dos PPCIs, ou seja, a emissão do CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, conforme o protocolo e tramitação do processo junto ao referido órgão, somado a isso, o projeto executivo e a planilha orçamentária com fonte sinapi atualizada.
- 3.3.** A contratada deverá observar as diretrizes e orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pela Secretaria de Coordenação e Planejamento, devendo manter comunicação contínua quanto ao andamento dos trabalhos e às exigências complementares eventualmente apresentadas pelos órgãos competentes.
- 3.4.** O prazo para prestação dos serviços será de 2 (dois) meses para a apresentação do protocolo dos PPCIs junto ao Corpo de Bombeiros, contado do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria de Coordenação e Planejamento.
- 3.5.** O prazo máximo para apresentação da aprovação e emissão do CA (certificado de aprovação) das unidades escolares será de 6 (seis) meses, contados da mesma data de recebimento da Ordem de Serviço.
- 3.6.** O início dos trabalhos deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de entrega da Ordem de Serviço.
- 3.7.** O prazo de vigência contratual será de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado mediante justificativa formal da Administração e autorização expressa, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.8.** Apresentar o levantamento cadastral que deverá contemplar todos os elementos arquitetônicos condicionantes exigidos para a aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul (CBMRS), compreendendo a representação completa da edificação implantada no lote, com a devida compatibilização das dimensões do terreno conforme sua situação real no local. Entende-se, portanto, que o levantamento cadastral se refere à elaboração da planta arquitetônica da edificação associada à sua implantação, contendo as medidas do lote, posicionamento da construção, acessos e demais elementos relevantes.
- 3.9.** Entrega de projeto arquitetônico completo, onde serão solicitados, os seguintes elementos: planta de implantação, plantas baixas completas, 02 (dois) cortes e 01 (uma) fachada, podendo ser exigidos elementos adicionais conforme a complexidade da edificação ou solicitações do CBMRS. O nível de detalhamento deverá ser suficiente para garantir a aprovação dos PPCIs junto ao CBMRS e subsidiar, de forma precisa e inequívoca, a futura etapa de elaboração do projeto executivo e a licitação para execução das medidas de prevenção e proteção contra incêndio, sem necessidade de complementações posteriores.
- 3.10.** Os arquivos técnicos existentes das edificações disponíveis serão fornecidos pela Administração em formato digital (.dwg), por meio de pasta compartilhada em nuvem oficial do Município, com acesso disponibilizado a todas as empresas interessadas, garantindo isonomia no processo licitatório, Link da pasta: https://drive.google.com/file/d/18dbhQo55cxg2NgJ4_Ave2_FfoCky8jr7/view?usp=sharing. Tais arquivos terão caráter meramente referencial, devendo ser utilizados como base inicial para o levantamento arquitetônico, cabendo à contratada a obrigatória conferência in loco, atualização e adequação das informações conforme a situação real das edificações. Ressalta-se que os mesmos arquivos foram disponibilizados às empresas regionais para fins de composição do preço médio da presente contratação, não eximindo, em nenhuma hipótese, a responsabilidade técnica da contratada pela veracidade, precisão e completude dos levantamentos e projetos a serem elaborados

CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN

Rua José Canellas, 258, Centro

CNPJ: 87612917/000125

- 4.1.** A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de **R\$ 8.103,50(oito mil cento e três reais e cinquenta centavos)**.
- 4.2.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços e recebimento da Nota Fiscal devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento.
- 4.3.** Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos produtos ou implicará em sua aceitação.
- 4.4** A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- 4.5** Considerando o Art. 2º do Decreto Municipal nº 008/2022 o Município passará a aplicar a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 para fins de retenção de Imposto de Renda em seus pagamentos. Sendo que Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES NACIONAL e MEI não estarão sujeitas à retenção de IR.
- 4.6.** Considerando o Art. 349, I do Código Tributário Municipal, LC 004/2018, o município efetuará a retenção do imposto sobre serviços - ISS, quando da prestação de serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DA DESPESA

A despesa decorrente do presente Contrato correrá por conta dos seguintes códigos e rubricas:

Projeto/Despesa	Há Previsão
2159 3390.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	Sim
2160 3390.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA	Sim

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será de 6 (seis) meses, contados da assinatura do contrato e poderá ser prorrogado, conforme prevê a Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO:

- 7.1.** Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, fica designada a Sra. Maristela Piovesan Freitas, Secretária Municipal da Educação e Cultura para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais e equipamentos, e determinando o que for necessário à regularização dos problemas localizados, ou servidor designado para a função.
- 7.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- 7.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das descritas no Termo de Referência:

- a) Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou qualquer irregularidade encontrada



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN

Rua José Canellas, 258, Centro

CNPJ: 87612917/000125

nos produtos entregues para que sejam substituídos.

- b) Supervisionar e fiscalizar a realização dos serviços/materiais
- c) Aplicar a Adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais.
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada.

8.2. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das descritas no Termo de Referência:

- a) A contratada deverá cuidar da segurança de seu pessoal empregado na execução do contrato, obedecendo aos requisitos legais pertinentes, ficando a contratante e seus prepostos, isentos de qualquer responsabilidade com relação a eventuais acidentes de trabalho decorrentes da entrega, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- b) A contratada responderá por danos, dolosa ou culposamente causada à contratante, a seus servidores ou a terceiros, na execução do fornecimento e pela má qualidade do objeto entregue, com exclusão da Contratante de seus efeitos, para todos os fins de efeitos, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- d) Os serviços/materiais entregues serão avaliados pela qualidade, podendo a contratante recusar o recebimento.
- e) A contratada deverá manter compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, inclusive aquelas relativas às especificações.
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990).
- g) Comunicar por escrito a Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- h) Acatar as determinações dos responsáveis pelo recebimento e conferência dos serviços.
- i) Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas.
- j) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido pelo art. 125 da Lei 14.133/2021 do valor contratado inicialmente.
- k) Realizar os serviços no prazo indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- l) Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS:

9.1. A contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN

Rua José Canellas, 258, Centro

CNPJ: 87612917/000125

- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- n) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- o) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- p) deixar de apresentar amostra ou apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- q) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital e seus anexos
- r) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- s) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- t) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 9.1 deste, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 9.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

9.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 9.2 do presente.

9.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.6. A aplicação das sanções previstas no item 9.2. deste não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.7. Na aplicação da sanção prevista no item 9.2, alínea "b", do presente, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN

Rua José Canellas, 258, Centro

CNPJ: 87612917/000125

9.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

9.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 9.1 do presente exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

9.14. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos artigos 137, da Lei 14.133/2021, sem que caiba o Contratado o direito de qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

Parágrafo Único: o presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização a CONTRATADA, nos casos de:

- a) Falência ou liquidação da CONTRATADA;
- b) Incorporação, fusão ou cisão da CONTRATADA que venha a prejudicar a execução do contrato;
- c) Transferência a outrem, no todo ou em parte as obrigações decorrentes do contrato sem a autorização do Município;
- d) Manifesta irresponsabilidade por parte da CONTRATADA de cumprir com as obrigações assumidas;
- e) Procedimentos irregulares da CONTRATADA, que venha causar transtornos ou prejuízos para o Município e/ou terceiros;

A rescisão do contrato unilateralmente pelo Município acarretará as seguintes conseqüências, sem



MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN

Rua José Canellas, 258, Centro

CNPJ: 87612917/000125

prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:

- I) Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio do Município, mediante a lavratura de termo circunstanciado;
- II) Responsabilização da CONTRATADA por prejuízos causados ao Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL

11.1 Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) serão reajustados os preços registrados, a pedido do interessado, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11.2 Adotar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, para fins de reajuste geral de reposição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Frederico Westphalen para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em duas vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes.

ORLANDO GIRARDI

Prefeito Municipal

Contratante

Frederico Westphalen (RS), 15 de junho de 2026

DANY DAVID POPOVITS
LOPES:02356305190

Assinado de forma digital por DANY
DAVID POPOVITS LOPES:02356305190
Dados: 2026.06.15 23:55:42 -03'00'

DANY DAVID POPOVITS LOPES
POPOVITS BATALHA ENGENHARIA LTDA
Contratada